



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

ATA N.º 05/2020

- 75 -

----- Ata da reunião ordinária realizada aos cinco dias do mês de março do ano de dois mil e vinte. -----

----- Aos cinco dias do mês de março de dois mil e vinte, reuniu no Salão Nobre dos Paços do Município, a Câmara Municipal de Manteigas, sob a Presidência do Senhor Presidente da Câmara, Esmeraldo Saraiva Neto Carvalhinho, encontrando-se igualmente presentes os Vereadores, Senhores José Manuel Custódia Biscaia, Célia Maria Ramos Morais, José Manuel Saraiva Cardoso e Irene Paixão dos Santos Leitão. -----

----- Sendo cerca das catorze horas e trinta minutos, o Senhor Presidente da Câmara declarou aberta a reunião.-----

----- De conformidade com o art.º 53.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a ordem do dia estabelecida para a presente reunião inclui os seguintes assuntos:-----

- 1. A provação da ata nº 3/2020.**
- 2. Período Antes da Ordem do Dia.**
- 3. Ordem do Dia.**
 - 3.1. Deliberação sobre a legalização de habitação e construção de telheiro em Vale de Amoreira – Fernando Sousa.**
 - 3.2. Deliberação sobre a legalização e ampliação de edifício de habitação unifamiliar na EN 232, Sameiro – Joaquim Silva Direito**
 - 3.3. Deliberação sobre a aprovação da alteração orçamental n.º 01/2020**

----- O Senhor Presidente deu início à reunião, cumprimentou todos os presentes. -----

A provação da ata nº 3/2020.

----- Achada conforme, a ata n.º 03/2020 (da reunião do dia 05-02-2020) foi aprovada, por maioria, com um voto contra, dispensando-se a sua leitura, devido ao facto do respetivo texto ter sido, previamente, distribuído. -----

----- A Senhora Vereadora Irene Paixão dos Santos Leitão fez uso da palavra, apresentou uma declaração de voto que em seguida se reproduz: -----

“Voto contra a aprovação da ata por 2 motivos.

O primeiro prende-se com a incapacidade do responsável pela sua apresentação atempada, aos demais membros do executivo, isto é, até ao início da sessão seguinte, em clara violação da Lei, no n.º 2 do art.º 57, o que nos parece grave.

O segundo motivo, não menos grave, prende-se com o facto desta ata não me ter sido disponibilizada, em violação de todos os princípios e regras democráticas, que apontam para tiques ditatoriais.



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Manteigas, 5 de Março de 2020.”

----- O Senhor Presidente solicitou à Senhora Dra. Gabriela Cravinho que averiguasse o motivo de a ata não ter sido remetida à Senhora Vereadora Irene Leitão. -----

----- A Senhora Dra. Gabriela Cravinho após averiguar a situação, junto da funcionária que redigiu a ata supracitada, deu conhecimento que a mesma foi enviada à Senhora Vereadora por *e-mail*, e rececionada por esta, tal como atesta a nota de entrega do *e-mail* em causa. O respetivo recibo de entrega de correio eletrónico foi entregue ao Senhor Presidente da Câmara de modo a fazer prova do exposto. -----

----- O Senhor Presidente declarou que estava esclarecido, tendo questionado a Senhora Vereadora Irene Leitão se, ainda assim, desejava manter a declaração de voto apresentada. Tendo a mesma respondido que pretendia manter a declaração de voto acima transcrita. -----

Período Antes da Ordem do Dia.-----

----- O Senhor Presidente tomou a palavra, informou que nesta data tinha estado com a nova Direção dos CTT, na reabertura da nova loja em Manteigas. Aludiu que, neste momento, o concelho ficará numa situação melhor, do que estava antes de ter sido encerrado o Posto dos CTT em Manteigas, dado que para além de ter a estação de correios, mantém igualmente a loja dos CTT que está a funcionar em instalações privadas, de um agente económico. -----

Deu nota que manifestou junto da Direção dos CTT, que esperava que também fosse possível melhorar o serviço em termos da distribuição do correio, que tem sido manifestamente demorado. O centro de separação postal está situado em Belmonte, sendo que o correio que é de Manteigas, segue para Belmonte, onde é devidamente tratado e depois regressa a Manteigas para ser distribuído. Explanou que a Direção dos CTT respondeu que iriam analisar a situação, contudo não será fácil reverter esse processo. -----

----- O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso solicitou a palavra, alertou que a carrinha do lixo, já há algum tempo, bateu inadvertidamente no gradeamento, situado junto à sua residência, tendo deitado o mesmo abaixo. Nesse seguimento, imediatamente foi colocada uma fita de proteção. Indicou que os serviços da Câmara já fizeram a recolha do material que caiu, na altura desse acidente, contudo a referida fita desapareceu. Advertiu que pelo menos se volte a colocar no local a fita de proteção, pois passam ali crianças. -----

No que diz respeito ao caminho na Carvalheira (assunto que tinha abordado na última reunião), considerou que se trata de um caminho municipal, pode não o ser no seu todo, mas em parte será municipal, pois serve a mata municipal da Carvalheira, embora o calcetamento tenha sido feito pela Junta de Freguesia de Santa Maria. -----



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

- 77 -

Disse que gostaria de fazer uma reflexão sobre a Expo-Estrela, embora considere que este ano, possivelmente, não será o ano mais indicado para se discutir esse evento, visto que não se recorda de um Carnaval tão mau para a Serra da Estrela, como foi o Carnaval do corrente ano, principalmente em consequência das temperaturas primaveris de vinte graus, que se fizeram sentir, o que originou que as pessoas não viessem para a Serra. -----

Deu nota que, após ter apreciado juntamente com outras pessoas, verificou que a qualidade dos expositores tem vindo a diminuir paulatinamente, assim como a qualidade dos produtos que expõem. Por outro lado, também se tem vindo a verificar que os principais expositores locais afastaram-se do certame. Nos últimos anos tem sido raro ver-se produtos locais e mesmo o queijo é da Serra da Estrela, mas vem de Seia. -----

Neste contexto, propôs que se refletisse sobre a data e o investimento que está a ser feito com a Expo-Estrela, pois pelo menos no corrente ano não houve uma boa relação entre o esforço que a Câmara fez, o investimento realizado e o retorno que se obteve. Avocou que o facto de continuarem a acontecer muitos eventos nesse dia, com visitas ministeriais e governamentais em toda a região, pode prejudicar o certame. Refletiu que há quem considere que a única feira que, nessa altura, tem algum sucesso é a de Pinhel; a feira de Celorico consegue ter algum sucesso, visto que se realiza no fim-de-semana seguinte ao Carnaval, logo tem menos concorrência. -----

Na sua opinião dever-se-ia fazer esta reflexão, porque investir cem mil euros (100.000,00€) neste certame é muito dinheiro. Esclareceu que esta explanação não se trata de uma crítica, pois já fazia esta reflexão anteriormente, uma vez que já há algum tempo que considera que o certame está a perder importância e dinâmica. -----

Informou que recebeu o diagnóstico de habitação por *e-mail*, contudo, se for possível, gostaria de ter o documento impresso. No que concerne ao concurso da fábrica de águas, disse que pretendia expor duas questões, que se calhar não têm nada a ver com a Câmara, mas que o preocupam e que podem resolver ou não a futura exploração depois da concessão. -----

Indicou que se houver uma nova concessão e se houver interessados, deverá ter-se em conta a viabilidade de utilizar as instalações que já existem, sendo que tal pressupõe uma negociação do futuro concessionário com o atual proprietário, por outro lado considera que pode haver problema no transporte da água pela nova conduta. -----

Disse que via com bons olhos a reabertura da loja dos CTT, embora considere que a localização da outra loja seja mais central, mas pelo menos durante seis meses vão permanecer as duas abertas. -----

Declarou que no mapa de candidaturas, não consegue perceber o que está previsto relativamente às candidaturas PROVERE: das Aldeias Históricas, das Aldeias de Montanha, das



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Termas do Centro e outras. Solicitou que o Senhor Presidente autorize o Senhor Engenheiro João Carvalhinho a facultar essa informação, dado que a Informação à Assembleia Municipal é vaga nessa matéria, apenas fala em acompanhamento das ações das Aldeias de Montanha e das Aldeias Históricas. -----

----- O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia, no uso da palavra, recordou que relativamente à Fonte Paulo Luís Martins, a Câmara tem ainda uma ação em curso, com a Direção Geral de Energia e com a Secretaria de Estado da Tutela, relativamente ao facto de terem feito a concessão da licença de exploração a uma entidade terceira, aos Baldios de São Pedro, tendo este último subconcessionado à Empresa da Nascente. -----

Explicou que existe no local três tipos de água: a água de nascente qualificada, pertença do Governo; a água de abastecimento público, que é da Câmara Municipal; e a água do caudal natural da Fonte. Nesse seguimento, a questão que se coloca é a seguinte: a Câmara só pode fazer a concessão se tiver a licença de exploração atribuída. Atendendo a que o processo está a evoluir para um concurso, questionou se formalmente o Município de Manteigas já detém a licença de exploração de água de nascente. Não significa licença industrial de engarrafamento.

Aludiu que na Informação do Senhor Presidente à Assembleia Municipal, é feita referência ao processo da ERSAR, sobre tarifários do utilizador final em 2020, em análise por essa entidade. Solicitou mais esclarecimentos sobre o que se trata, uma vez que os últimos dados existentes admitidos pela ERSAR eram os de 2017. -----

Na mesma Informação, é ainda feita referência ao Centro Interpretativo e de Sensibilização Ambiental na Fábrica do Rio, em fase de encerramento com o Turismo de Portugal. Disse que pretendia saber do que se trata concretamente este processo, visto que aquilo que existe com o Turismo de Portugal é outro processo que foi candidatado e que será financiado até quatrocentos mil euros (400.000,00€), por essa entidade. -----

Disse ter conhecimento de que existe um novo logotipo para o Centro de Energia Viva, como tal solicitou que o Senhor Presidente na próxima reunião o apresente ao Órgão Executivo. Por último, indicou que na referida Informação é feita alusão à recuperação de dois edifícios nas aldeias, contudo é uma informação muito vaga, sendo que julgava tratarem-se dos edifícios das escolas. -----

----- O Senhor Presidente esclareceu, que os edifícios em causa são a Escola de Vale de Amoreira e o Centro Cívico de Sameiro. -----

----- A Senhora Vereadora Irene Paixão dos Santos Leitão solicitou a palavra, disse que pretendia prestar um esclarecimento, relativo a um assunto deliberado na última reunião de Câmara, sobre a escolha da forma jurídica para gerir a Escola de Hotelaria. Nesse contexto, leu o referido esclarecimento que em seguida se reproduz: -----



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

- 79 -

“Esclarecimento

Irene Leitão, Vereadora eleita pelo movimento UMM, tendo votado favoravelmente a deliberação que escolheu a forma jurídica de Associação, a fim de se enquadrar a gestão da Escola de Hotelaria de Manteigas, que ao longo de 20 anos supostamente tem funcionado de forma irregular, declara que o voto ao SIM à Associação, resultou de informação errada fornecida pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal de Manteigas, ao afirmar que as Régies Cooperativas, ou Cooperativas de Interesse Público, figura por mim proposta para gerir a dita Escola, (e posteriormente retirada) não são subsidiadas pelo Estado, o que não corresponde à verdade, de acordo com n.º1 a Lei 30/2013 de 8 de Maio.

Manteigas, 05 de Março de 2020”

A Senhora Vereadora Irene Leitão apresentou ainda um requerimento que em seguida se transcreve: -----

“Irene Leitão, Vereadora eleita pelo movimento UMM, requer ao Sr. Presidente da C.M. de Manteigas, nos termos do art.º 53º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro, seja incluída na ordem de trabalhos da próxima reunião do executivo, os seguintes pontos:

- 1. Análise de eventual violação contratual referente ao contrato n.º24/2019, celebrado entre a CMM e o IPG, sob o título “**Serviços de Acompanhamento Técnico para a elaboração da Estratégia Local de Habitação (1º Direito)**”, por parte do Instituto Politécnico da Guarda, e deliberação sobre a atitude a tomar por parte do executivo municipal.*
- 2. Verificação da validade formal do Protocolo celebrado entre a CMM e a Associação Desportiva de Manteigas.*

Requer que seja disponibilizada, até final desta reunião, o caderno de encargos do contrato referido no ponto 1 e do protocolo celebrado com a ADM.

Manteigas, 05 de Março de 2020”

----- O Senhor Presidente tomou a palavra, para prestar os esclarecimentos solicitados pelos Senhores Vereadores. No que diz respeito à viatura do lixo, disse que tinha conhecimento que a mesma embateu no gradeamento, tendo sido feita uma ordem de serviço para regularização da situação. Lamentou que, até ao momento, não tenha sido regularizada a situação, sendo que teriam de estar mais atentos a estas questões. -----

Deu nota de que foi feito o levantamento de todas as anomalias que se verificam no caminho da Carvalheira, sendo que algumas delas já estão a ser reparadas. No entanto, verificou-se que existem outras anomalias, que numa primeira análise pensou-se que eram responsabilidade da



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Câmara, mas não são. A título de exemplo, referiu a queda do muro onde estavam instalados dois poios de suporte a cabelagens de telecomunicações e de energia elétrica. Explicou que não é responsabilidade da Câmara fazer essa reparação, pois havia ali dois elementos que não eram da Câmara e que estavam a fazer força no muro, que com o vento caiu. -----

Declarou que estes pormenores estão a ser analisados, para que numa empreitada se mande arranjar aquilo que é da responsabilidade do Município. Informou que esse levantamento foi objeto de uma quantificação de custos dos prejuízos a reparar, tendo a mesma sido remetida para a CIM e para a CCDR, para eventual ressarcimento. -----

No que diz respeito ao Carnaval, referiu que não conseguiu fazer a avaliação de que o mesmo foi mau. Avocou que, este ano, o desfile de Carnaval teve mais participação da comunidade e de pessoas de fora. -----

É verdade que tem de se repensar a Expo-Estrela, não só no que diz respeito à data, mas também no que diz respeito ao local onde a mesma é realizada, que é muito limitante. Como tal, deve-se pensar num local mais apropriado, com melhores condições, mais amplitude, de modo a que o programa de animação possa decorrer no mesmo espaço da Feira, tornando-a mais atrativa. Há uma série de questões que têm de ser refletidas ainda muito antes da próxima edição. -----

Ainda assim, disse que não resumiria só o êxito destes quatro dias ao que se passou dentro do recinto, pois tem que se analisar o contexto global do concelho. Na zona urbana da vila, os quatro dias de Carnaval não foram maus, quem esteve atento percebeu, claramente, as filas que existiam à porta dos restaurantes, o movimento que havia na vila. Houve muita gente a circular. Anuiu que o evento necessita de uma reflexão mais profunda, de adequar o certame e o investimento que se faz, que já merece outras condições e outro programa. Também é necessário que à volta da Expo-Estrela se reúna um secretariado, que tenha contacto com a realidade atual do concelho de Manteigas e que tenha uma perspetiva de evolução, em relação ao que podem ser estes eventos. -----

No que diz respeito aos produtores de queijo, referiu que, neste momento, o concelho tem bastantes produtores de leite. Inclusivamente, há mais dois casais jovens que apostaram nessa área. É verdade que o concelho não tem produtores de queijo, contudo referiu o exemplo de Celorico da Beira, que está a regredir cada vez mais no número de produtores de queijo, principalmente do queijo certificado, tendo sido essa uma das críticas apontadas à Feira de Queijo que realizaram. -----

Deixou claro que Manteigas não tem uma Feira do Queijo, é verdade que há quem venda esse produto na Expo-Estrela, mas o mesmo não é fabricado em Manteigas. Explanou que o concelho



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Lus
GH
CP
- 81 -

não tem produtores de queijo, de âmbito empresarial, quem produz queijo em Manteigas é com o intuito de o vender em casa. -----

Relativamente ao diagnóstico de habitação, informou que a Câmara apenas possui um *draft*, contudo o mesmo poderá ser facultado, em suporte papel, ao Senhor Vereador. Explicou que os serviços competentes do Município estão a averiguar se o levantamento que foi feito corresponde à realidade do concelho. -----

No que diz respeito ao concurso da Fábrica de Águas, está a ser preparado o caderno de encargos e o programa de concurso. Afirmou que era de sua vontade que esses documentos já tivessem vindo à apreciação do Executivo, contudo tratam-se de dois documentos muito extensos e juridicamente muito intrincados, que têm levado ao contacto permanente com a Direção Geral de Energia e Geologia. -----

Informou que nesse âmbito já teve reuniões em Lisboa, inclusivamente, a Jurista do Município tem reunido com o advogado da Autarquia, com outras entidades e com a Direção Geral de Energia e Geologia. Em suma, o documento final ainda não está pronto, mas assim que seja possível será remetido para os Senhores Vereadores, para depois ser discutido em reunião de Câmara. -----

Assegurou que tudo está a ser acautelado, a título de exemplo referiu a questão das ruturas das condutas na Lapa. Explicou que não se pode misturar o concurso para o engarrafamento de água, com a Fábrica de Águas Glaciar. Segundo o que teve conhecimento, essa empresa tem problemas jurídicos por resolver, encontrando-se num processo de insolvência, tem uma ação pauliana por insolvências fraudulentas de empresas anteriores, pois tinha duas empresas em funcionamento: a Glaciar Valey e a Glaciar Indústria. Segundo consta, uma relacionava-se com os clientes e a outra relacionava-se com os fornecedores. -----

Deu nota que o Município tem sido instado por diversas empresas, a prestar informações, sendo que a resposta tem sido sempre que devem aguardar pelo caderno de encargos e programa de concurso. -----

Esclareceu que será acautelado e clarificado no caderno de encargos de quem é a conduta, para que não existam dúvidas. Há uma outra questão que é de primordial importância, no concurso para exploração de engarrafamento de água, que é a licença. A Direção Geral de Energia e Geologia refere que a licença não deve ser da Câmara, pois se assim for, esta última deixa de ter a licença se a conceder. Aquilo que a Câmara deve conceder é a exploração da água, através de um contrato de concessão da água e a empresa que ficar com essa concessão, terá a possibilidade de requer a licença de exploração. Sendo este um processo moroso. -----



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

----- O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia, ainda sobre a Fonte Paulo Luís Martins, alertou que a lei refere que, a parte da água que é classificada como água de nascente (significa a água qualificada para fins de engarrafamento) passa automaticamente para a posse do Estado. Só que aquela água tem duas funções uma de abastecimento público que é da Câmara e tem outra que é classificada para engarrafamento. A Câmara conseguiu a classificação e só a Câmara a pode conceder e o concessionário terá de pedir a licença industrial de exploração à tutela -----

----- O Senhor Presidente explicou que a concessão foi sempre da empresa Glaciar, tendo esta perdido essa licença. Clarificou que a licença de exploração entra no mercado e só pode ser transmitida com autorização do proprietário da água, que é a Câmara. Por seu lado a licença de exploração é do estado. A água de superfície não é do Estado, somente as águas que têm aquífero é que são do Estado. Referiu que com a sentença do Tribunal, a Autarquia está a elaborar o caderno de encargos. -----

Explanou que se tivesse que ser a Câmara a licenciar a exploração e a colocá-la a concurso, o processo seria diferente. A Direção Geral de Energia e Geologia deu instruções à Autarquia de que deve concessionar a água, e quem ganhar o concurso é que depois deve fazer o pedido de licença de exploração. -----

----- A Senhora Vereadora Irene Paixão dos Santos Leitão, no uso da palavra, considerou que esse procedimento pode levar, a que eventuais interessados fiquem com receio de se candidatarem, ou de celebrarem o contrato de concessão da água, sem saberem *a priori* se o licenciamento lhes vai ser concedido, para o engarrafamento da água. A questão é estes saberem se após a Câmara lhes dar a concessão da água, após realizarem estudos e fazerem investimentos, se o organismo competente lhes concede a tal licença. -----

Questionou se o licenciamento de exploração, uma vez concedido, não se mantém em vigor. ---

----- O Senhor Presidente afirmou que não tinha dúvidas que, neste momento, há diversos interessados a fazer análises à água. Há uma condição que é imperativa pela Direção Geral de Energia e Geologia, tudo tem de ficar dependente do contrato, pois se alguém tentar pedir a licença de exploração sem ter firmado contrato como o titular da água, não a consegue obter. --

----- O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia alertou para o facto de que a água tem de estar qualificada, como água de nascente e quem a qualifica é a tutela competente, o que aconteceu há anos e, depois de estar qualificada, pode ser concessionada pela Câmara e subsequentemente pode uma determinada entidade pedir a licença de exploração. A Câmara tem de ter essa qualificação para abrir o concurso de concessão de exploração. -----



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

- 83 -

[Handwritten signatures and initials in blue and black ink]

----- O Senhor Presidente deu conhecimento de que água já está qualificada. Tendo afirmado que, neste momento, o mercado está atento à água de Manteigas, a marca Glaciar já caducou, sendo que tinha conhecimento de alguém que já a registou. -----

Relativamente ao PROVERE das Aldeias Históricas e do PROVERE Termal, há atividades previstas que se pretendem incluir nesses programas, pois os processos não estão totalmente concluídos, tem havido reuniões. O Inatel não entrou no PROVERE Termal. Explicou que a Câmara está a direcionar as verbas, que são diminutas, para a promoção do território. As verbas das Aldeias Históricas estão a ser direcionadas para o Festival da Juventude e as verbas do PROVERE Termal estão a ser direcionadas para o Festival de Outono. -----

Deu conhecimento que o processo ERSAR ainda teve desenvolvimentos, porque o ano de 2017 está com o Técnico Oficial de Contas (TOC) do Município, de modo a concluir o estudo, em termos de apuramento da evolução das tarifas e averiguar quais são as disparidades. -----

Avocou que, para os Municípios que pretendam a agregação ao sistema, houve um alerta na comunicação social, em relação a um sistema agregado em Penacova. O Município de Penacova fez um levantamento, uma vez que passou para valores muito superiores. -----

Relativamente ao processo do Centro Interpretativo da Fábrica do Rio, trata-se do respetivo encerramento. A UBI fez uma proposta de logotipo à Câmara, e esta última fez uma contraproposta, que encontra-se com essa entidade para análise. Explicou que houve o entendimento que o Município estava pouco refletido naquele logotipo, tanto mais que o Município fez há pouco tempo um estudo, que foi pago, para chegar ao logotipo atual. Foi um estudo bastante extenso e que não pode ser desprezado. Por outro lado, há imagens icónicas do Município que têm de constar no logotipo, tem de haver uma referência direta ao território. Neste momento ainda não há resposta por parte da UBI. -----

Anuiu que na próxima ordem de trabalhos serão incluídos os dois pontos solicitados pela Senhora Vereadora Irene Leitão, tendo dado indicações para que no final da reunião fossem disponibilizados os respetivos documentos à Senhora Vereadora. -----

No que concerne ao Protocolo da ADM, esclareceu que o documento que está em vigor é o protocolo anterior, pois não existindo revogação de nenhuma das partes, o mesmo é renovável automaticamente. O novo protocolo foi remetido para essa entidade, que ainda não o devolveu, pois não concordava com o conteúdo do mesmo. -----

----- O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso pediu esclarecimentos sobre o logotipo da marca Serra da Estrela. -----

----- O Senhor Presidente explanou que aquando da conceção do logotipo da Serra da Estrela, levantou uma série de questões, pois no seu entendimento a Serra da Estrela não estava



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

devidamente refletida no mesmo, tendo solicitado que lhe mostrassem o estudo que foi realizado para chegarem aquele logotipo. -----

Esclareceu que há o logotipo, a marca Serra da Estrela, e o desenvolvimento da plataforma. Este é um projeto da CIM, pelo qual se pagou duzentos e trinta mil euros (230.000,00€), tendo por objetivo a criação do logotipo e da plataforma, que ainda não está completa, ainda estão a ser introduzidos conteúdos, contudo, no seu ponto de vista está muito bem elaborada. -----

No que diz respeito ao logotipo, indicou que não gostou do mesmo, numa primeira impressão, contudo na sua apresentação, em Lisboa, pareceu-lhe que tinha mais poder do que aquilo que tinha absorvido na explicação da CIM, depois de serem esmiuçados alguns pormenores. Explicou que se tratam de imagens sobrepostas, sendo que o território da CIM é muito maior do que o da Serra da Estrela, e por isso foi ali refletido outros tipos de características. -----

----- A Senhora Vereadora Irene Paixão dos Santos Leitão questionou se Órgão Executivo podia ter acesso à visualização do logotipo. -----

----- O Senhor Presidente informou que o mesmo já é público, consta da página da CIM. -----
No que diz respeito ao Turismo, informou que o Turismo de Portugal e as diversas entidades regionais de Turismo não vão estar presentes na Bolsa de Turismo de Lisboa (BTL), onde a Câmara irá ter um *stand*. -----

----- O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia deu conhecimento que a comunicação social, nesta data, tinha noticiado que a BTL tinha sido cancelada. -----

Ordem do Dia. -----

Deliberação sobre a legalização de habitação e construção de telheiro em Vale de Amoreira – Fernando Sousa. -----

----- Foi presente para deliberação, a legalização de alteração de habitação e construção de telheiro em Vale de Amoreira – Fernando Vieira Sousa. -----

----- Submetido a votação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, licenciar a obra de acordo com o proposto na informação técnica nº 709/Proc. 2020/450.10.204/3, datada de 27-02-2020. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos. -----

Deliberação sobre a legalização e ampliação de edifício de habitação unifamiliar na EN 232, Sameiro – Joaquim Silva Direito. -----

----- Foi presente, para deliberação, para deliberação, a alteração e ampliação de edifício de habitação unifamiliar na EN 232, Sameiro – Joaquim Silva Direito. -----

----- Submetido a votação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, licenciar a obra de acordo com o proposto na informação técnica nº 713/Proc. 2020/450.10.204/4, datada de 27-02-2020. -----



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

- 85 -

(Handwritten signatures and initials)

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos. -----

Deliberação sobre a aprovação da alteração orçamental n.º 01/2020. -----

----- Foi presente, para deliberação, a alteração orçamental nº 1/2020. -----

----- O Senhor Presidente fez um abreve explanação sobre o assunto em apreço. Explicou que aquando da elaboração do Orçamento houve uma deficiente passagem de informação entre os serviços do Município, originando uma disparidade entre aquilo que estava proposto para o Centro de Energia Viva de Montanha e o valor realmente compromissado. Em 2019 estavam compromissados cento e oitenta mil euros (180.000,00€), que deveriam transitar para o ano de 2020, e mais cerca de cento e setenta mil euros (170.000,00€), que já estavam previstos para 2020. Este lapso originou que somente o valor de cento e oitenta mil euros (180.000,00€), que estava compromissado em 2019, transitasse para o ano de 2020. -----

Alegou que esta é a alteração mais significativa, depois verifica-se a afetação que estava destinada aos Passeios do Zêzere, cuja perspetiva é de que a respetiva candidatura demore ainda algum tempo até ser aprovada, logo o investimento nesta área não irá aproximar-se ao que estava previsto. Ainda assim, deixou a ressalva de que há sempre a possibilidade de reforçar essa rubrica, pois quando o Orçamento de Estado entrar em vigor, a Câmara terá de integrar no Orçamento do Município uma receita de mais quatrocentos mil euros (400.000,00€), assim como o valor de saldo de gerência. -----

Por outro lado, verificam-se também alterações que se prendem com a queda do muro das Lages e no Cruzeiro, na rua D. Sancho, devido ao mau tempo. -----

----- O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia questionou se efetivamente a Câmara, neste momento, necessita fazer esta alteração com um volume tão elevado de verbas. Disse entender que politicamente esta situação interessa ao Senhor Presidente, pois trata-se de uma grande alteração, inviabilizando a execução de vários investimentos. -----

----- O Senhor Presidente esclareceu que o Município de Manteigas necessita desse dinheiro, visto que tem que adjudicar à UBI uma série de serviços, para que no primeiro semestre o projeto esteja particamente pronto. A adjudicação dos conteúdos à UBI está pendente desta alteração orçamental. Explanou que só no momento de se fazer a cabimentação, é que a Contabilidade percebeu que não tinha havido o cálculo exato do montante necessário para o projeto, que estava previsto, mas que não passou para o Orçamento de 2020. -----

----- O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso avocou que se for utilizada a despesa corrente, já não se verifica a necessidade de retirar verbas de sete ações. -----

----- O Senhor Presidente sublinhou que se fosse utilizada a despesa corrente, o Município ficava em situação de desequilíbrio orçamental logo no início do ano. Por esse motivo se pretende passar verba de despesa de capital para despesa de capital. -----



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

----- O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia, no uso da palavra, referiu que é precisamente essa situação que o preocupa, pois verifica-se o abandono de projetos de investimento. Avocou que não via qualquer problema se for retirada verba de despesa corrente para despesa de capital, contudo não concorda que seja retirada verba de despesa de capital para despesa de corrente. Explanou que se absteve na votação do Orçamento e Plano de Atividades para 2020, pois neles estavam consagrados estes projetos, que agora ficam praticamente sem verba e se neste momento se vai reduzir o investimento de capital, se calhar tinha de reformular todo o seu raciocínio e rever a votação posteriormente. -----

----- O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso solicitou a palavra, explanou que a receita que a Câmara vai receber do Orçamento de Estado e do Saldo de Gerência é cerca de 75% do valor da despesa corrente. -----

Considerou que todo o Órgão Executivo concorda que se faça o reforço de cento e oitenta mil euros (180.000,00€) para o Centro de Energia Viva, o montante de setenta mil euros (70.000,00€) para arruamentos, o valor de quinze mil euros (15.000,00€) para as escolas. Considerou não ser correto, para o efeito se retirar do Passeio do Zêzere cento e noventa e oito mil euros (198.000,00€), da sede do BTT o valor de dez mil euros (10.000,00€), da requalificação da Fonte Santa o valor de trinta mil euros (30.000,00€), da Casa do Povo quinze mil euros (15.000,00€), do Centro Cívico o montante de dez mil euros (10.000,00€) e também esse mesmo valor no Orçamento Participativo, entre outros. Sobretudo, quando daqui por dois meses o Município vai ter a situação com excedente. -----

Sublinhou ainda que dotar a rúbrica do Tinte com cinquenta mil euros (50.000,00€) é um valor demasiado elevado. -----

----- A Senhora Vereadora Irene Paixão dos Santos Leitão fez uso da palavra, disse não entender como um orçamento que foi aprovado há tão pouco tempo tem esta falta de rigor. Aludiu que o Senhor Presidente já tinha explicado que, por lapso, esta rúbrica não foi devidamente dotada, contudo também não podia deixar de concordar com os Senhores Vereadores, quando dizem que se está a esvaziar as dotações de despesas de investimento, que eventualmente poderão inviabilizar as ações que constam do Plano de Atividades. Na sua opinião essa despesa podia ser compensada com as despesas correntes. -----

----- O Senhor Presidente solicitou a intervenção da Senhora Dra. Elizabete Dias, de modo a verificar se a proposta apresentada pelos Senhores Vereadores, tecnicamente é possível de executar. Se em vez de se retirar verba da rúbrica dos Passeios do Zêzere, se se pode ir buscar à despesa corrente da água e saneamento e depois ser reforçada com os 7,5% do IVA. -----

----- A Senhora Dra. Elizabete Dias explanou que esta alteração orçamental só está a ser feita em despesa de capital, pois sempre foi feito dessa forma. A solução apresentada pelos



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

- 87 -

Senhores Vereadores tecnicamente poderá trazer prejuízos, pois o Município fica com menor dotação. Alertou que a água e o saneamento têm compromissos assumidos para o ano inteiro, sendo que para se retirar verba dessas rubricas é necessário anular o compromisso que está assumido. -----

----- O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso clarificou que não tem que se retirar verbas dessas rubricas, pode ser de outras que estejam mais dotadas, pois o montante que a Câmara se prepara para receber do Saldo de Gerência, do Orçamento de Estado e do IVA, é mais do dobro daquilo que está consagrado nesta alteração. -----

Inclusivamente, quando o Município receber esse dinheiro vai ter a oportunidade de reforçar mais ações de investimento, logo não há necessidade de neste momento se retirar valor dessas ações. -----

----- A Câmara concordou com a alteração orçamental, sendo a mesma realizada segundo as propostas apresentadas pelos Senhores Vereadores, de transferência das despesas correntes para despesas de capital. -----

----- Submetido a votação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida alteração orçamental. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos. -----

----- O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia, no uso da palavra, questionou quando é que a UBI vem a uma reunião de Câmara, no sentido de apresentar o projeto e esclarecer as dúvidas sobre o processo. Recordou que existia um projeto no valor de quatrocentos mil euros (400.000,00€), com base no estudo feito pela UBI e que teve valia suficiente para ir ao Turismo de Portugal e ter uma garantia nesse montante. -----

Na última reunião, o Senhor Presidente alegou que não havia projeto, afirmação com a qual disse não concordar pois se não existisse esse projeto o Turismo de Portugal não tinha concedido essa verba. -----

----- O Senhor Presidente retificou que não tinha afirmado que não existia o projeto. -----

Finanças Municipais. -----

----- Foi presente o Balancete de Tesouraria, respeitante ao dia de ontem, que acusa um saldo em dinheiro no montante de seiscentos e doze mil e oitenta e três euros e vinte e um cêntimos (612.083,21€).-----

----- E nada mais havendo a tratar, sendo cerca das dezasseis horas foi pelo Senhor Presidente declarada encerrada a presente reunião. -----

----- Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata que vai ser assinada pelo Senhor Presidente e pelos Senhores Vereadores presentes e por mim _____



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Maria Gabriela da Palma Gomes Cravinho, Chefe da Divisão de Administração Geral, que a redigi.-----

Emunício - un -

Alma

Alma Fran

gabriela

Fune Leito